

Saúde comprometida

Muito mais que a desídia no cumprimento das ações técnico-administrativas, o cenário apocalíptico em meio ao qual se desenvolvem os serviços oficiais de saúde resulta da corrupção. Não há outra síntese possível para o relatório da comissão interministerial que, por ordem do presidente da República, realizou estudos para racionalização dos gastos com a saúde e melhoria do atendimento à população. As evidências de crime na manipulação de dinheiros públicos, em um conluio que vai de administradores corruptos a arapucas na iniciativa privada, transparecem inequívocas e em variáveis insolentes.

Explica-se, assim, por que na atual gestão governamental a política de saúde regrediu a patamares calamitosos, apesar de os recursos alocados ao setor serem bem superiores aos de outros períodos. De fato, de 1990 para 1994 as disponibilidades orçamentárias consignadas ao Ministério da Saúde cresceram de US\$ 12,93 bilhões para 21,4 bilhões. Esta última expressão monetária corresponde a 4,77% do Produto Interno Bruto (PIB) e aquela outra a 3,19%. Portanto, nenhuma razão poderia justificar a deterioração das ações, salvo o desvio criminoso dos recursos, agora acrescidos de US\$ 8,47 bilhões.

O naufrágio do sistema de saúde pública no mar da corrupção está patente, também, em uma revelação espantosa do relatório, cujas conclusões este jornal divulgou com exclusividade na edição de ontem. Nada menos de 28% dos valores pagos por internações e consultas na rede conveniada são indevidos, pois resultantes de fraudes. E há evidências de que por semelhantes delitos respondem as empresas contratadas para processar as Autorizações de Internação Hospitalar e Unidades de Cobertura Ambulatorial.

A modalidade de burla aí exposta desvia para o patrimônio particular dos delinquentes nada menos de um terço do orçamento destinado ao sistema, ou, em números absolutos, US\$ 5,9 bilhões. A drenagem colossal das receitas sugere a existência de quadrilhas, ou rede de quadrilhas, com agentes bem situados nos núcleos de controle e nas unidades administrativas portadoras de algum poder de decisão. Em grande parte, a ousadia de

funcionários corruptos e a voracidade dos corruptores parece ligarem-se a uma tangente particular da atual organização dos serviços.

Sabe-se, pelo menos, que a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) deveria privilegiar o surgimento de padrões descentralizados no desenho da nova estrutura. Mas nem a descentralização se completou de forma integral, nem os resíduos centralizadores perderam força no âmbito do poder decisório. E há claras indicações de que é esta a tangente à qual se vinculam os agentes delituosos, talvez dominados pela idéia de que se encontram em uma espécie de terreno baldio, a distância do olho controlador da autoridade pública.

Saúde cada vez pior, embora os recursos, de 90 para cá, tenham crescido em US\$ 8,47 milhões

É necessário uma imaginação prodigiosa para avaliar, a seu turno, os ralos secundários por onde escorrem as parcelas transferidas pela União aos estados (15,36%) e aos municípios (11,91%). O Sistema Unificado de Saúde (SUS) esbarra em controles precários sobre a efetiva aplicação dos recursos na órbita federal e, nas hierarquias políticas secundárias (estados e municípios), é quase impossível qualquer ação em tal sentido, à vista da autonomia das unidades federadas.

O relatório da comissão aqui mencionada recomenda algumas medidas sem dúvida pertinentes, como a contratação de auditoria independente para o SUS, substituição do sistema de processamento de dados por outro descentralizado e implantação da conta hospitalar única. Parece, contudo, que a situação exige intervenção mais profunda do governo e, acima de tudo, revisão completa de toda a metodologia de aplicação e controle dos recursos públicos. Afinal, só o estancamento da fraude e a racionalização dos gastos serão capazes de impor ordem aos serviços oficiais de saúde.